Companhia Energética Estreito

Demonstrações Contábeis
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Orestes Guimarães, 538,
6º andar, salas 602, 603 e 604
89204-060 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Energética Estreito

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Energética Estreito ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Estreito em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética 1 relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 28 de abril de 2022

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” SC

Fernando de S. Leite
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

2022CB013900

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

CNPJ N° 08.976.022/0001-01
NIRE N° 42 3 0003519-0
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis – SC – CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Estreito ("CEE" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2021. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Constituída em 05.07.2007 e sediada no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), a CEE detém uma participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia ("Ceste"), criado em 05.11.2002, para a implantação e exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Estreito ("UHE Estreito" ou "Usina").

Os demais consorciados do Ceste são: Vale S.A. (30,00%), Estreito Energia S.A. (25,49%) – empresa do Grupo Alcoa, e a Intercement Brasil S.A. – entidade do Grupo Camargo Corrêa (4,44%). A liderança do consórcio é exercida pela CEE.

A Usina está localizada no Rio Tocantins, na divisa dos estados de Tocantins (TO) e Maranhão (MA), e tem capacidade instalada de 1.087,0 MW e energia assegurada de 641,1 MW médios.

A concessão da UHE Estreito é compartilhada entre as consorciadas na proporção de suas respectivas participações no consórcio.

A parcela de energia que a CEE faz jus por sua participação no Ceste, correspondente a 256,9 MW médios, foi vendida em outubro de 2007 no 5° Leilão de Energia Nova, por um período de 30 anos, iniciado em janeiro de 2012, para empresas distribuidoras de energia elétrica que participam do Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

2. Controle Acionário

A CEE é controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"). Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma concessionária de uso do bem público, cuja principal área de atuação é a geração e a venda de energia elétrica. A ENGIE Brasil Energia também atua nos segmentos de *trading* de energia elétrica, de painéis solares, de transporte de gás e de transmissão de energia. No segmento de geração e venda de energia elétrica, implanta e opera empreendimentos de fontes convencionais, como hidrelétricas, termelétricas e usinas complementares — pequenas centrais hidrelétricas e usinas eólicas, a biomassa e fotovoltaicas – sendo a maior geradora privada de energia do país.

3. Ambiente Macroeconômico

O segundo ano da pandemia da Covid-19 foi, em linhas gerais, marcado pela recuperação do crescimento econômico e alta inflação – uma constante observada no Brasil e no mundo. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 4,6%, a alta compensa o decréscimo de 4,1% observado em 2020.

A atividade econômica brasileira iniciou uma recuperação, ainda que ligeiramente abaixo da esperada. A inflação elevada, com pior resultado desde 2015, gerou impacto sobre o crescimento, com a deterioração do poder de compra das famílias. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 10,1%, enquanto o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) registrou, no acumulado do ano, 10,2%.

As incertezas trazidas pela pandemia e seus desdobramentos também influenciaram o mercado financeiro. A taxa básica de juros (Selic) atingiu 9,2%, alta de 7,2 p.p. no ano, enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R$ 5,58 – a moeda americana estava cotada em R$ 5,19 ao fim de 2020.

4. Desempenho Operacional

Em 2021, a geração total bruta da UHE Estreito foi de 4.568,3 GWh, 8,1% superior aos 4.224,4 GWh gerados em 2020. O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 95,1%, 3,4 p.p. inferiores aos 98,6% atingidos em 2020.

5. Desempenho Econômico-financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2021	2020	Variação %
Receita líquida de vendas	633.915	515.105	23,1
Lucro bruto	479.255	279.809	71,3
Margem bruta	75,6%	54,3%	(2,7) p.p.
Resultado do serviço (Ebit)	478.469	279.034	71,5
Ebitda (Lajida)	579.262	379.712	52,6
Margem Ebitda (Lajida)	91,4%	73,7%	(2,6) p.p.
Resultado financeiro	594	(58.275)	(101,0)
Lucro líquido do exercício	389.159	184.451	111,0

b) Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

O aumento no Ebitda é motivado, substancialmente, pelas transações no mercado de energia de curto prazo e pelo reconhecimento da "Repactuação do risco hidrológico". A Companhia em 2021 teve um resultado financeiro mais favorável em decorrência de não ter mais os efeitos da dívida.

6. Recursos Humanos

Ao final de 2021, o Ceste contava com 32 colaboradores, um a mais que os 31 registrados ao final de 2020. CEE não tem quadro de colaboradores.

7. Direito dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 95% do lucro líquido ajustado; de fiscalizar a administração da Companhia; de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

8. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2021.

9. Agradecimentos

A Administração da CEE agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2021.

A Administração

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO
CNPJ N° 08.976.022/0001-01 | NIRE N° 42 3 0003519-0
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	**31.12.2021**	**31.12.2020**
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	347.653	126.152
Contas a receber de clientes	5	77.691	95.143
Depósitos vinculados	6	1.944	-
Prêmio de riscos a apropriar - repactuação do risco hidrológico	7	2.073	2.073
Outros ativos circulantes		6.358	3.642
		435.719	**227.010**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	6	6.268	6.240
Prêmio de riscos a apropriar - repactuação do risco hidrológico	7	21.252	23.325
Outros ativos não circulantes		201	132
		27.721	**29.697**
Imobilizado	**8**	**1.607.755**	**1.704.029**
Intangível	**9**	**164.774**	**28.775**
Direito de uso de arrendamento		**241**	**331**
		1.800.491	**1.762.832**
TOTAL		**2.236.210**	**1.989.842**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO
CNPJ N° 08.976.022/0001-01 | NIRE N° 42 3 0003519-0
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	**31.12.2021**	**31.12.2020**
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	10	7.628	8.913
Dividendos	16	281.887	129.673
Concessão a pagar	12	6.954	6.391
Imposto de renda e contribuição social a pagar		21.124	12.597
Provisões para compromissos socioambientais	13	5.446	3.514
Outros passivos circulantes		15.917	8.602
		338.956	**169.690**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	10	6.268	6.240
Concessão a pagar	12	53.744	50.162
Provisões para compromissos socioambientais	13	7.153	11.086
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	159.374	100.607
Outros passivos não circulantes		3.053	12.042
		229.592	**180.137**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**15**		
Capital social		1.369.380	1.369.380
Reservas de lucros		283.446	270.635
Dividendos adicionais propostos		14.836	-
		1.667.662	**1.640.015**
TOTAL		**2.236.210**	**1.989.842**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO
CNPJ N° 08.976.022/0001-01 | NIRE N° 42 3 0003519-0
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**17**	**633.915**	**515.105**
Custos da energia vendida			
Depreciação e amortização	8/9	(100.682)	(100.569)
Energia elétrica comprada para revenda		(78.925)	(21.402)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		(46.475)	(43.756)
Transações no mercado de energia de curto prazo		(27.736)	(33.934)
Serviços de terceiros		(19.645)	(18.057)
Compensação financeira na utilização de recursos hídricos		(9.704)	(9.339)
Repactuação do risco hidrológico	9	137.845	-
Outros		(9.338)	(8.239)
		(154.660)	**(235.296)**
LUCRO BRUTO		**479.255**	**279.809**
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas com vendas		(240)	(206)
Despesas gerais e administrativas		(579)	(569)
Outras receitas operacionais, líquidas		33	-
		(786)	**(775)**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**478.469**	**279.034**
Resultado financeiro	**18**		
Receitas financeiras		12.120	7.581
Despesas financeiras		(11.526)	(65.856)
		594	**(58.275)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**479.063**	**220.759**
Imposto de renda e contribuição social	**19**		
Corrente		(31.137)	(24.275)
Diferido		(58.767)	(12.033)
		(89.904)	**(36.308)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**389.159**	**184.451**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**389.159**	**184.451**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**389.159**	**184.451**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO
CNPJ N° 08.976.022/0001-01 | NIRE N° 42 3 0003519-0
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros					
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reservas de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31.12.2019		**920.380**	**37.391**	**105.665**	**72.801**	**-**	**-**	**1.136.237**
Aumento de capital	15	449.000	-	-	-	-	-	449.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	184.451	184.451
Destinações propostas à AGO:								
- Reserva legal		-	9.224	-	-	-	(9.224)	-
- Reserva de incentivos fiscais		-	-	38.730	-	-	(38.730)	-
- Dividendo mínimos obrigatórios	16	-	-	-	-	-	(129.673)	(129.673)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	-	6.824	-	(6.824)	-
Saldos em 31.12.2020	**15**	**1.369.380**	**46.615**	**144.395**	**79.625**	**-**	**-**	**1.640.015**
Dividendos intermediários		-	-	-	(79.625)	-	-	(79.625)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	389.159	389.159
Destinações propostas à AGO:								
- Reserva legal		-	19.458	-	-	-	(19.458)	-
- Reserva de incentivos fiscais		-	-	72.978	-	-	(72.978)	-
- Dividendo mínimos obrigatórios	16	-	-	-	-	-	(281.887)	(281.887)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	14.836	(14.836)	-
Saldos em 31.12.2021	**15**	**1.369.380**	**66.073**	**217.373**	**-**	**14.836**	**-**	**1.667.662**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO
CNPJ N° 08.976.022/0001-01 | NIRE N° 42 3 0003519-0
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Em milhares de reais)

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	479.063	220.759
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Depreciação e amortização	100.793	100.678
Repactuação do risco hidrológico	(137.845)	-
Variação monetária	5.519	2.687
Juros	4.540	61.800
Outros	207	(149)
Lucro antes dos tributos ajustado	**452.277**	**385.775**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	18.469	21.036
Depósitos vinculados	(2.039)	2.856
Prêmio de riscos a apropriar - repactuação do risco hidrológico	2.073	2.073
Outros ativos	568	(344)
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	(1.257)	(235)
Outros passivos	(110)	2.527
Caixa gerado pelas operações	**469.981**	**413.688**
Pagamento de juros sobre financiamentos	-	(60.221)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(27.533)	(18.264)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**442.448**	**335.203**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e intangível	(4.564)	(3.271)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(4.564)**	**(3.271)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	449.000
Financiamentos pagos	-	(903.905)
Parcelas de concessão pagas	(6.985)	(6.637)
Dividendos pagos	(209.298)	-
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	-	47.482
Outros	(100)	(129)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(216.383)**	**(414.189)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**221.501**	**(82.257)**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	126.152	208.409
Saldo final	347.653	126.152
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	**221.501**	**(82.257)**
Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa		
Estimativa para desembolsos futuros para aplicação no imobilizado	(2.001)	(3.514)
Compensação de imposto de renda e contribuição social	(3.241)	(1.759)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Estreito ("CEE" ou "Companhia") é concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC).

Constituída em 25.07.2007, tem como objetivo: (i) realizar estudos, projetos, construção, financiamento e operação de usinas produtoras e de linhas de transmissão de qualquer tipo de energia, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, observadas as formalidades legais; (ii) gerar, comercializar e distribuir qualquer tipo de energia, observadas as formalidades legais; (iii) participar e/ou controlar, como sócio, quotista ou acionista, de outras empresas do setor energético ou a ele vinculado, podendo promover fusões, incorporações, cisões ou outras formas de associações de empresas; e (iv) intermediar e operacionalizar negócios no país e no exterior e prestar consultoria e assessoria de negócios, inclusive para importação e exportação de bens e serviços.

A Companhia participa do Consórcio Estreito Energia ("Ceste"), na proporção de 40,07%, criado para a implantação e exploração da Usina Hidrelétrica Estreito ("UHE Estreito"). Também são consorciadas a Vale S.A. (30%), a Estreito Energia S.A. (25,49%) – empresa do Grupo Alcoa – e a Intercement Brasil S.A. – entidade do Grupo Camargo Corrêa (4,44%).

A UHE Estreito está localizada na divisa entre os estados de Tocantins e Maranhão e possui capacidade instalada total de 1.087,0 MW[1], sendo 435,6 MW pertencentes à CEE. O prazo da concessão, após a extensão prevista pela repactuação do risco hidrológico, é de aproximadamente 40 anos, sendo seu vencimento em fevereiro de 2043. A energia elétrica produzida pela usina é utilizada ou comercializada diretamente pelas Consorciadas.

Os administradores da CEE renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A Administração da Companhia é conduzida pela controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"), com a qual mantém contrato de prestação de serviços.

[1]As informações não financeiras contidas nestas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, número de funcionários, entre outras, não são examinadas pelos auditores independentes.

Os principais eventos societários e operacionais ocorridos no exercício de 2021 foram estes:

a) Repactuação do risco hidrológico

As condições para o acordo acerca da nova repactuação do risco hidrológico foram estabelecidas pela Lei n° 14.052, publicada em 09.09.2020, que foi regulada pelas Resoluções Normativas Aneel n° 895/2020 e n° 930/2021. A legislação prevê a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) por efeitos causados por empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física e às restrições e atrasos na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da energia dessas usinas, da geração térmica fora da ordem de mérito e importação, de forma retroativa. Como compensação, os geradores garantiram o direito à extensão do prazo de concessão das outorgas de geração por até sete anos.

Em 15.12.2020, o Conselho de Administração da controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia, aprovou a adesão da controladora da Companhia e suas controladas detentoras de concessão de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei n° 14.052/2020.

Em 02.03.2021, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) publicou a revisão dos cálculos de compensação, a qual contemplou: (i) a aplicação da taxa de desconto no cálculo das extensões das outorgas; (ii) a consideração dos impactos decorrentes da caducidade das concessões da Abengoa e da Isolux no escoamento da UHE Belo Monte; e (iii) o reconhecimento do direito das usinas em regime de cotas, enquadradas na Lei n° 13.783/13, às compensações calculadas nos termos da Lei n° 14.052/2020.

Com a publicação da Resolução Homologatória n° 2.919, em 12.08.2021, a Aneel homologou o prazo de extensão de outorga de algumas usinas, inclusive da UHE Estreito. Devido a exploração em consórcio da usina, a companhia obteve a concordância de todas as consorciadas à repactuação em novembro de 2021.

b) Impactos da pandemia provocada pelo novo coronavírus

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pelos efeitos da pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, que impactou, e continua impactando, a economia mundial. Em decorrência disto, foram tomadas medidas restritivas no sentido de determinar o distanciamento social e o fechamento de estabelecimentos comerciais, além da paralisação da indústria. As restrições impostas pelo isolamento social trouxeram efeitos importantes na atividade de diversos setores, na renda das famílias e nos investimentos no país. Na medida em que a situação da pandemia foi melhorando e, com isso, as restrições às atividades econômicas gradativamente reduzidas, houve evolução em diferentes regiões e segmentos de negócios. Em 2021 e 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações contábeis.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 28.04.2022.

a) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional; e (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Concessão a pagar

Corresponde as obrigações financeiras contratuais de pagamentos pela outorga onerosa da concessão de usina hidrelétrica. Foi registrada inicialmente pelo valor presente das parcelas a pagar ao longo do prazo da concessão e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente.

b) Imobilizado

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão da usina. As taxas médias anuais de depreciação dos ativos da Companhia, considerando a mencionada limitação da vida útil, estão demonstradas na Nota 8 – Imobilizado.

c) Intangível

Ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio.
Adicionalmente, a Companhia reconheceu o intangível oriundo do direito de extensão de concessão, em decorrência da adesão à repactuação do risco hidrológico de forma a compensar a Companhia pelos custos incorridos no passado, conforme previsto nas Leis n° 14.052/2020 e n° 14.182/2021, ao valor justo, o qual é, usualmente, equivalente ao valor definido e disponibilizado pela Aneel. Este direito foi reconhecido no momento em que o direito se tornou virtualmente certo, em contrapartida da rubrica "Repactuação do risco hidrológico".
Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base na vida útil definida com base nos contratos comerciais ou de concessão e de autorização.

d) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração – *impairment*

No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos (*impairment*).

e) Dividendos

Os dividendos são calculados a partir do lucro líquido do exercício, e são reconhecidos como passivo quando da sua aprovação pela Diretoria Executiva, ou mediante deliberação da Assembleia Geral, e podem ser classificados como intercalares, intermediários, dividendos adicionais propostos ou dividendos mínimos obrigatórios.

f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

g) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

h) Reconhecimento da receita de venda de energia

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

i) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

São segregados no balanço patrimonial e no resultado entre impostos correntes e diferidos.

i.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

O benefício fiscal da redução de imposto de renda, para empreendimentos construídos em região incentivada, é reconhecido como redutor da despesa de imposto de renda e transferido da rubrica "Lucros acumulados" para "Reserva de incentivos fiscais", no patrimônio líquido.

i.2) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

j) Operações controladas em conjunto

A CEE detém uma participação de 40,07% no Ceste (entidade sem personalidade jurídica) para a implantação e exploração da UHE Estreito. Desta forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relativas a estas operações são reconhecidas diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia.

k) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à vida útil do ativo imobilizado.

l) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2021. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17			
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) – Arrendamentos, CPC 11 – Contratos de seguro, CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	11.02.2021	01.01.2021	Sem impactos relevantes
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18			
Pronunciamentos Técnicos CPC 06 (R2) - Arrendamentos - Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento – prorrogação.	11.06.2021	Vigência estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem.	Sem impactos relevantes

m) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2022, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19			
Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 48 – Instrumentos financeiros.	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes
Pronunciamento Técnico CPC nº 50			
Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e depósitos bancários à vista	201	600
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	347.452	125.552
	347.653	**126.152**

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2021 e 2020 foi de cerca de 99,0% e 98,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2021	31.12.2020
Distribuidoras	70.007	64.616
Transações realizadas na CCEE[1]	7.701	30.544
Provisão para perdas de crédito esperadas	(17)	(17)
	77.691	**95.143**

(1) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de aproximadamente 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto o prazo dos valores liquidados na CCEE é de aproximadamente 45 dias. Não havia valores vencidos em 31.12.2021 e 31.12.2020 que não estejam considerados nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

NOTA 6 - DEPÓSITOS VINCULADOS

	31.12.2021	31.12.2020
Depósitos para reinvestimento	1.944	-
Ativo circulante	**1.944**	**-**
FUNAI - Fundação Nacional do Índio	6.268	6.240
Ativo não circulante	**6.268**	**6.240**
	8.212	**6.240**

A Companhia mantém depósito vinculado que visa atender o componente indígena do processo de licenciamento ambiental do UHE Estreito por meio de repasse dos valores acordados.

NOTA 7 - PRÊMIO DE RISCOS A APROPRIAR – REPACTUAÇÃO DE RISCO HIDROLÓGICO A APROPRIAR

Em dezembro de 2015, a Aneel concedeu anuência ao acordo de repactuação do risco hidrológico relativo à energia que estava vendida no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Como condição para a adesão ao referido acordo, a Companhia formalizou a desistência de qualquer disputa judicial com a Aneel que impedia a aplicação direta do mecanismo de redução de garantia física, denominado *Generation Scaling Factor* (GSF).

As regras da repactuação estabeleceram opções de escolha do nível de risco hidrológico a ser assumido pelos geradores que, em contrapartida, assumiram o compromisso de pagar um prêmio de risco definido pela Aneel ao longo do prazo do contrato de venda de energia no ACR. Com base no novo patamar de risco definido nos termos da repactuação, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um excedente de pagamento em relação ao valor apurado, cujo montante vem sendo compensado com os "prêmios de risco" devidos pela Companhia, calculados a valor presente.

Esse prêmio de risco a apropriar é amortizado de forma linear, sendo o valor amortizado, em 2021 e 2020, de R$ 2.073.

a) Perfil de realização da repactuação de risco hidrológico apresentada no não circulante

Ano	Valor
2023	2.073
2024	2.073
2025	2.073
2026	2.073
2027	2.073
2028 a 2032	10.366
2033	521
	21.252

NOTA 8 - IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2021			31.12.2020
	Taxa média de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	3,80%	1.680.153	(634.768)	1.045.385	1.108.932
Máquinas e equipamentos	3,90%	860.736	(322.242)	538.494	566.087
Edificações e benfeitorias	3,70%	34.871	(12.237)	22.634	23.038
Móveis e utensílios	6,30%	247	(86)	161	163
Veículos	14,30%	476	(440)	36	61
		2.576.483	**(969.773)**	**1.606.710**	**1.698.281**
Em curso		**1.045**	**-**	**1.045**	**5.748**
		2.577.528	**(969.773)**	**1.607.755**	**1.704.029**

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, sendo que em 31.12.2021 a Administração da Companhia avalia que não há indicadores que resultem na necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos.

b) Mutação do imobilizado

	Reservatórios, barragens e adutoras	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Outros	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2019	**1.172.584**	**598.653**	**23.535**	**265**	**5.669**	**1.800.706**
Ingressos	-	-	-	-	2.045	2.045
Transferências	44	1.141	769	12	(1.966)	-
Depreciação	(63.696)	(33.707)	(1.266)	(53)	-	(98.722)
Saldos em 31.12.2020	**1.108.932**	**566.087**	**23.038**	**224**	**5.748**	**1.704.029**
Ingressos	-	-	-	-	2.563	2.563
Transferências	149	6.234	870	13	(7.266)	-
Depreciação	(63.696)	(33.827)	(1.274)	(40)	-	(98.837)
Saldos em 31.12.2021	**1.045.385**	**538.494**	**22.634**	**197**	**1.045**	**1.607.755**

c) Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original da Usina

A Administração da Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei n° 8.987/95 e do Decreto n° 2.003/96, considera que não há total garantia quanto à indenização pelo Poder Concedente do valor residual dos bens que integram o Projeto Original.

Dessa forma, estes ativos são depreciados com base nas taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão, embora, a legislação e os contratos prevejam a possibilidade da sua renovação.

Não há saldos de ativos totalmente depreciados em 31.12.2021 e em 31.12.2020.

d) Autorização do Órgão Regulador

O Consórcio Estreito, do qual a Companhia faz parte, é detentor da concessão para exploração de energia elétrica da UHE Estreito, com capacidade instalada de 1.087 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 26.11.2002.

e) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n° 41.019, de 26.02.1957, os bens e as instalações utilizados na produção de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

NOTA 9 - INTANGÍVEL

a) Composição

		31.12.2021			31.12.2020
	Período de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Total
Direito de extensão de concessão	Até 2043.	137.845	-	137.845	-
Direito de concessão	Até 2043.	43.137	(17.338)	25.799	27.555
Direito de uso de servidão	Até 2037.	24.701	(23.571)	1.130	1.220
		205.683	**(40.909)**	**164.774**	**28.775**

a.1) Direito de extensão de concessão – repactuação do risco hidrológico

Em 08.09.2020 entrou em vigor a Lei n° 14.052, que alterou em partes a Lei n° 13.203, de 2015, e estabeleceu novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica. A Lei n° 14.052, determinou que os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE, poderão ser compensados pelos efeitos decorrentes (i) de restrições ao escoamento da energia em função de atraso na entrada em operação ou de entrada em operação em condição técnica insatisfatória das instalações de transmissão de energia elétrica destinadas ao escoamento; e (ii) da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), e que referida compensação dar-se-á mediante a extensão do prazo de outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 01.12.2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel n° 895, a qual estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico.

Em reunião do Conselho de Administração de sua controladora ENGIE Brasil Energia, realizada em 15.12.2020, foi aprovada a adesão da Companhia à referida repactuação do risco hidrológico.

Em 02.03.2021, a CCEE publicou a revisão nos cálculos de compensação, contemplando, dentre outros itens: (i) a aplicação da taxa de desconto no cálculo das extensões das outorgas; e (ii) a consideração dos impactos decorrentes da caducidade das concessões da Abengoa e da Isolux no escoamento da UHE Belo Monte.

Adicionalmente, em julho de 2021, foi publicada a Lei n° 14.182, que trata sobre a desestatização da Eletrobras e sobre a retroatividade dos efeitos de GSF (*Generation Scaling Factor*), passando a prever explicitamente que para o período anterior ao início de vigência da repactuação de risco hidrológico, a integralidade da garantia física das usinas será considerada como parcela de energia não repactuada para fins de recebimento do ressarcimento.

As Resoluções Homologatórias n° 2.919/2021 e n° 2.932/2021, homologaram o prazo de extensão da outorga das usinas, sendo que a segunda é relativa as usinas que foram afetadas pelo novo tratamento do período anterior ao início de vigência da repactuação do risco hidrológico.

Em 31.12.2021, a Companhia havia concluído o processo de formalização para adesão ao acordo nas condições apresentadas pelas Resolução Homologatórias supracitadas, conforme autorizado pelo Conselho de Administração em 15.12.2020, e obteve a concordância de todas as consorciadas.

b) Mutação do intangível

Saldo em 31.12.2019	**30.622**
Amortização	(1.847)
Saldo em 31.12.2020	**28.775**
Ingresso	137.844
Amortização	(1.845)
Saldo em 31.12.2021	**164.774**

c) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment)*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de eventos que possam levar à perda de valores não recuperáveis dos intangíveis. Em 2021, não houve quaisquer indicativos que resultaram na redução do valor recuperável dos intangíveis da Companhia.

NOTA 10 - FORNECEDORES

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de materiais e serviços	8.486	8.556
Encargos de uso da rede elétrica	4.402	4.148
Energia elétrica comprada para revenda	1.008	2.449
	13.896	**15.153**
Classificação no balanço patrimonial		
Passivo circulante	7.628	8.913
Passivo não circulante	6.268	6.240
	13.896	**15.153**

NOTA 11 - GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia S.A., sua controladora direta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras.

A Companhia está exposta à índices flutuantes relacionados às variações do IPCA, em decorrência dos saldos da concessão a pagar.

A seguir é apresentado análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2022 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Cenário Provável Variação 2021	2022	Sensibilidade Provável	Δ + 25% (*)	Administração
IPCA	10,1%	5,0%	-5,1 p.p.	1,3 p.p.	-0,8 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2020.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2021 e os previstos no cenário provável para 2022, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para 2022. As variações que poderão impactar o resultado e, consequentemente, o patrimônio líquido de 2022, em comparação com o ano de 2021, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldo em 31.12.2021	Sensibilidade Provável	Δ + 25%	Administração
Concessão				
IPCA	60.698	(3.055)	744	(474)

Destaca-se que a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação do IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo.

b) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras. O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

Nas operações relacionadas à venda de energia, os créditos de todos os clientes são revisados anualmente e não há histórico de perdas por inadimplência relevante nas operações da Companhia. Adicionalmente, sua controladora ENGIE Brasil Energia realiza análise de crédito de todos os clientes, de acordo com sua Política de Crédito. A Companhia segue integralmente as regras desta Política de Crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2021, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

c) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2021. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	7.628	6.268	-	-	13.896
Concessões	7.322	14.841	14.841	82.245	119.249
	14.950	**21.109**	**14.841**	**82.245**	**133.145**

d) Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Entretanto, quase a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas a ele.

Ainda com o objetivo de reduzir este risco, em dezembro de 2015, a Companhia aderiu ao acordo de repactuação do risco hidrológico relativo à energia que estava vendida no ACR. Para maiores informações, vide Nota 7 – Prêmio de riscos a apropriar – Repactuação de risco hidrológico a apropriar.

A garantia física da Usina é de 641,1 MW médios, sendo 256,9 MW médios pertencentes à CEE. No acordo retromencionado foram repactuados 247,1 MW médios, dos quais 224,9 MW médios (91%) estão protegidos do risco hidrológico.

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2021	31.12.2020
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	347.452	125.552
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	201	600
Contas a receber de clientes	77.691	95.143
Depósitos vinculados	8.212	6.240
	433.556	**227.535**
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	13.896	15.153
Concessão a pagar	60.698	56.553
	74.594	**71.706**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 12 - CONCESSÃO A PAGAR

A Companhia possui contrato de concessão com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica na UHE Estreito. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e a intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada para a concessão a pagar foi de 10% a.a., prevista no Edital de Concorrência para a licitação da concessão. As obrigações são atualizadas anualmente pelo IPCA.

a) Mutação da concessão a pagar

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2019	**6.128**	**49.059**	**55.187**
Juros e variação monetária	-	8.003	8.003
Transferências	6.900	(6.900)	-
Amortizações	(6.637)	-	(6.637)
Saldos em 31.12.2020	**6.391**	**50.162**	**56.553**
Juros e variação monetária	-	11.130	11.130
Transferências	7.548	(7.548)	-
Amortizações	(6.985)	-	(6.985)
Saldos em 31.12.2021	**6.954**	**53.744**	**60.698**

b) Valores originais contratados

Os valores nominais e atualizados, em 31.12.2021, são os que seguem:

	Valor original		Valor atualizado	
	Pagamento Anual	Pagamento Total	Pagamento Anual	Pagamento Total
Até 31.01.2038	1.960	31.527	7.294	118.761

c) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante

Ano	Valor
2023	6.410
2024	5.827
2025	5.296
2026	4.815
2027	4.377
2028 a 2032	16.588
2033 a 2037	10.297
2038	134
	53.744

NOTA 13 - PROVISÕES PARA COMPROMISSOS SOCIOAMBIENTAIS

Registra os compromissos socioambientais estabelecidos nas condicionantes estabelecidas nas licenças de instalação e operação da Usina. O saldo, circulante e não circulante, das provisões em 31.12.2021 é de R$ 12.599 (R$ 14.600 em 31.12.2020).

NOTA 14 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

a) Composição

	31.12.2021				31.12.2020
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Passivo:					
Depreciação acelerada	333.435	83.358	30.009	113.367	101.394
Repactuação de risco hidrológico	137.845	34.460	12.406	46.866	-
Outros	244	61	22	83	45
		117.879	**42.437**	**160.316**	**101.439**
Ativo:					
Provisões	2.394	599	215	814	744
Outros	375	94	34	128	88
		693	**249**	**942**	**832**
Valor líquido		**117.186**	**42.188**	**159.374**	**100.607**

b) Expectativa de realização e de exigibilidade

	Ativo	Passivo
2023	117	76
2024	820	3
2025	1	1
2026	1	1
2027	1	8.098
2028 a 2032	2	40.490
2033 em diante	-	111.647
	942	**160.316**

NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2021 e 31.12.2020 era de R$ 1.369.380, representado por 1.369.380.416 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 1.369.380.411 pertencentes à ENGIE Brasil Energia e 5 de propriedade da ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda.

b) Reservas de lucros

A composição das reservas de lucros é demonstrada a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020
Reserva legal	66.073	46.615
Reserva de incentivos fiscais	217.373	144.395
Reserva de retenção de lucros	-	79.625
	283.446	**270.635**

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de incentivos fiscais

A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Corresponde à redução de 75% no imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração das atividades desenvolvidas pelas usinas detentoras do benefício.

NOTA 16 - DIVIDENDOS

a) Mutação dos dividendos a pagar

Dividendo mínimos obrigatórios	129.673
Saldo em 31.12.2020	**129.673**
Dividendo mínimos obrigatórios	281.887
Dividendos intermediários aprovados no exercício	79.625
Dividendos pagos no exercício corrente	(209.298)
Saldo em 31.12.2021	**281.887**

b) Política de dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendos mínimo obrigatório equivalente a até 95% do lucro líquido ajustado do exercício.

c) Dividendos adicionais propostos

Em 31.12.2021 a Companhia encaminhou para aprovação em Assembleia a proposta de pagamento de dividendos adicionais no valor de R$ 14.836.

NOTA 17 - CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento de energia elétrica	618.562	554.666
Transações no mercado de curto prazo	79.593	16.635
	698.155	**571.301**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(60.865)	(52.845)
Pesquisa e desenvolvimento	(3.375)	(3.351)
	(64.240)	**(56.196)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**633.915**	**515.105**

NOTA 18 - RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	11.038	6.448
Juros sobre valores a receber	1.082	9
Renda de depósitos vinculados	-	1.121
Outras receitas financeiras	-	3
	12.120	**7.581**
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária		
Financiamentos	-	57.570
Concessão a pagar	11.130	8.003
Outros	11	44
Outras despesas financeiras	385	239
	11.526	**65.856**
Resultado financeiro	**(594)**	**58.275**

NOTA 19 - CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2021			2020		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	**479.063**	**479.063**	**479.063**	**220.759**	**220.759**	**220.759**
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	**(119.765)**	**(43.116)**	**(162.881)**	**(55.190)**	**(19.868)**	**(75.058)**
Diferenças permanentes						
Incentivos fiscais	72.978	-	72.978	38.730	-	38.730
Outros	5	(6)	(1)	21	(1)	20
	(46.782)	**(43.122)**	**(89.904)**	**(16.439)**	**(19.869)**	**(36.308)**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(3.571)	(27.566)	(31.137)	(7.591)	(16.684)	(24.275)
Diferido	(43.211)	(15.556)	(58.767)	(8.848)	(3.185)	(12.033)
	(46.782)	**(43.122)**	**(89.904)**	**(16.439)**	**(19.869)**	**(36.308)**

NOTA 20 - COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de venda de energia elétrica

A Companhia participou do 5° Leilão de Energia Nova, realizado em outubro de 2007, no qual foi vendido para as distribuidoras de energia elétrica que participam do ACR, durante 30 anos, a partir de 01.01.2012, 256 MW médios. Em 31.12.2021, o saldo remanescente do contrato é de R$ 12.140.365.

b) Contrato de conexão

A Companhia mantém contrato de conexão com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte). Em 31.12.2021, o valor dos compromissos futuros decorrentes dos contratos de conexão é de R$ 393.

c) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema (ONS) para o uso do sistema de transmissão, cuja vigência é pelo prazo da concessão ou a extinção das empresas transmissoras, o que ocorrer primeiro. Em 31.12.2021, o saldo a realizar do contrato é de R$ 772.940.

d) Repactuação do risco hidrológico

Em dezembro de 2015, a Companhia aderiu a repactuação do risco hidrológico de usinas cuja energia foi comercializada no ACR. Esta repactuação se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco pela Companhia.

Com base no novo patamar de risco definido, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um montante pago a maior que vem sendo compensado com os prêmios de risco devidos pela Companhia, calculados a valor presente. Os pagamentos futuros estimados desses prêmios de risco, após a compensação dos referidos montantes, em 31.12.2021, é de R$ 30.575.

NOTA 21 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31.12.2021 e 31.12.2020 os administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora ENGIE Brasil Energia e as despesas com tal remuneração compõem o preço da prestação de serviços administrativos, descrita a seguir.

b) Valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado

	Passivo		
	Fornecedor		
	Energia	Outros	Dividendos
31.12.2021			
EBC[1]	1.008	-	-
EBE	-	553	281.887
	1.008	**553**	**281.887**
31.12.2020	**2.449**	**553**	**129.673**

(1) ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

	Receita Suprimento de energia elétrica	Custo Compra de energia	Despesa Serviços de terceiros
31.12.2021			
Diamante	31.537	63.299	-
EBC	-	15.534	-
EBE	-	-	450
	31.537	**78.833**	**450**
31.12.2020	**-**	**21.403**	**427**

As transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia compreendem basicamente: (i) compra e venda de energia; e (ii) serviços de operação e manutenção da usina. Os detalhes das transações mais relevantes estão a seguir demonstrados:

c) Compra e venda de energia

A CEE possui contrato de compra de energia com a EBC, com o objetivo de recompor as perdas que ocorrem desde a geração até a interligação com o Sistema Interligado Nacional (SIN), no montante de 9 MW médios, cuja vigência é de 01.01.2012 a 31.12.2041 e a atualização se dá pelo IPCA. O compromisso futuro do contrato atualizado para 31.12.2021 é de R$ 214.276.

d) Operação e manutenção

A Companhia, por intermédio do Ceste, possui contrato com a ENGIE Brasil Energia, para serviços de operação e manutenção da UHE Estreito, com término em 28.04.2025, através do qual a ENGIE Brasil Energia se obriga a operar e efetuar as manutenções dos ativos do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base em um mix dos índices IPCA (20%) e INPC (80%) e o saldo dos compromissos futuros, em 31.12.2021, é de R$ 120.778 (R$ 133.344 em 31.12.2020).

NOTA 22 - SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damaged Business Interruption* (PDBI) do programa de seguros do Grupo ENGIE. A vigência do seguro é até 31.05.2022 e o valor de cobertura é de R$ 1.429.636 relativa a danos materiais e R$ 237.991 relativa a lucros cessantes.

NOTA 23 - EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia realizou o pagamento parcial dos dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 281.199 em 28.03.2022.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021, da Companhia Energética Estreito).

DIRETORIA EXECUTIVA

Eduardo Antônio Gori Sattamini
Diretor Presidente

José Luiz Jansson Laydner
Direto Técnico-Operacional

Marcelo Cardoso Malta
Diretor Administrativo e Financeiro

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RS-068193/O-2 T-SC